



CONSELHO GERAL

LINHAS ORIENTADORAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2015

O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho, atribui ao Conselho Geral a competência de definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do Agrupamento¹, sendo este *“o documento em que se preveem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada”*².

Assegurar a gestão transparente e rigorosa deste orçamento é também competência do Conselho Geral, através da apresentação a este órgão do relatório de conta de gerência pela Diretora do Agrupamento e da publicitação dos documentos que se lhe referem pelos meios adequados³.

De acordo com a legislação referida, o orçamento, a par do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e dos Planos Anual e Plurianual de Atividades, é um dos instrumentos de exercício da autonomia do Agrupamento⁴.

É precisamente este exercício de autonomia que, na atual conjuntura do país, está seriamente comprometido. Um Orçamento de Estado (OE/2015), que, na senda dos anos anteriores e das sucessivas medidas de desinvestimento na Educação que têm caracterizado as políticas educativas, regista um corte de 700 milhões de euros na Educação, nomeadamente para os ensinos básico e secundário, terá um lamentável impacto negativo no exercício da autonomia das escolas e, em consequência, na qualidade do serviço educativo que estas devem prestar a todos os alunos, sem exceção.

Na definição das linhas orientadoras do orçamento do Agrupamento, o Conselho Geral não pode deixar de repudiar as condicionantes que advêm de um Orçamento de Estado que não corresponde às exigências das escolas e exigir um serviço educativo de qualidade para todos. Não pode também ignorar a atual conjuntura de crise económica e financeira, fortemente marcada por contextos familiares de grande vulnerabilidade social e económica, consequência do desemprego, da falta de rendimento e dos cortes no apoio económico do Estado às famílias. Esta situação determinará prioridades na elaboração e na

¹ (cf. alínea h), ponto 1 do artigo 13º do Decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho)

² (cf. alínea d), ponto 1 do artigo 9º do Decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho)

³ (cf. alínea j), ponto 1 do artigo 13º do Decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho)

⁴ (cf. ponto 1 do artigo 9º do Decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho)

execução do orçamento, devendo a direção e o Conselho Administrativo do Agrupamento tê-la sempre presente.

Nas linhas de orientação do orçamento devem estar presentes como princípios estruturantes o princípio da **qualidade educativa** (*a otimização dos recursos disponíveis, com o objetivo de maximizar os resultados da aprendizagem e das atividades educativas, contribuindo para a promoção de uma educação de excelência e para a prestação de um serviço público de educação de qualidade*) e o princípio da **inclusão** (*o reconhecimento da necessidade de criar oportunidades diferenciadas e percursos diversificados que conduzam ao sucesso educativo de todos os alunos*).

A elaboração e a execução do orçamento devem também refletir princípios fundamentais de disciplina orçamental, a saber:

1. **Legalidade** (ter como referência os limites estabelecidos na legislação aplicável em vigor);
2. **Primado dos Critérios de Natureza Pedagógica** (devem sempre prevalecer as opções de natureza pedagógica sobre as opções de natureza administrativa);
3. **Transparência e publicidade** (publicar todos os documentos que se revelem necessários para assegurar, junto de todos os membros da comunidade educativa, a adequada divulgação e transparência do orçamento e da sua execução);
4. **Responsabilidade** (envolvimento na projeção das receitas/despesas dos contributos de todos os atores com funções de coordenação das diferentes atividades);
5. **Proporcionalidade** (a afetação de meios orçamentais às atividades e serviços deve ter em linha de conta a dimensão e o número de participantes das atividades e serviços);
6. **Prioridade e adequação** (dar prioridade às despesas obrigatórias e em seguida às despesas ordenadas pela sua pertinência no alcance dos objetivos fixados; responder às necessidades financeiras das atividades propostas nos Planos Plurianuais e Anuais de Atividades).

Em conformidade com os princípios indicados, na elaboração e execução do orçamento deste Agrupamento para o ano económico de 2015, devem ser tidas em conta as orientações que a seguir se enumeram:

1. Consignar as verbas necessárias à implementação do Projeto Educativo e à realização das atividades previstas no Plano Anual de Atividades.
2. Afetar, prioritariamente, os recursos orçamentais às despesas obrigatórias e em seguida às restantes despesas ordenadas pela sua pertinência na prossecução dos objetivos fixados nos documentos mencionados no ponto anterior.
3. Consignar verba para aquisição e atualização dos equipamentos (e manutenção dos existentes) e dos materiais pedagógicos necessários ao desenvolvimento de práticas essenciais à qualidade do processo de ensino-aprendizagem, bem como aos diversos serviços do Agrupamento.
4. Dar prioridade a medidas no âmbito da ação social escolar.

- 4.1. Assegurar o rastreio de situações de alteração do rendimento familiar dos alunos ao longo do ano e de dificuldades económicas de modo a fazer face a novas situações de carência económica não cobertas pelo SASE.
- 4.2. Consignar verba para programas de auxílio económico a alunos carenciados, garantindo o acesso a materiais escolares, refeitório e/ou bar;
- 4.3. Constituir e dinamizar um banco de manuais escolares, através das bibliotecas do Agrupamento, recorrendo ao apoio de toda a comunidade escolar, instituições locais e autarquia.
5. Criar a possibilidade de organizar atividades extra curriculares/visitas de estudo das turmas do ensino regular em conjunto com as do ensino profissional, promovendo a otimização de recursos e o convívio entre as várias turmas/ofertas formativas do Agrupamento.
6. Procurar estabelecer uma parceria com uma empresa de transporte, visando a redução de custos com as deslocações, designadamente em visitas de estudo.
7. Implementar medidas de racionalização e de poupança através de uma política de maior eficiência na gestão e utilização dos recursos.
 - 7.1. Reduzir a burocratização de procedimentos e seguir uma via de simplificação, sem deixar de assegurar as condições necessárias ao pleno funcionamento do Agrupamento e ao desenvolvimento das atividades letivas.
 - 7.1.1. Deverá ser assegurada a redução dos gastos com papel e fotocópias, evitando-se a replicação de documentos pelos vários órgãos e estruturas do Agrupamento;
 - 7.1.2. Deverá optar-se, sempre que possível, pela desmaterialização dos procedimentos e dos documentos, recorrendo-se à via digital e a uma melhoria da comunicação interna;
 - 7.1.3. Deverá ser criado um portal colaborativo para partilha de informação, gestão de conteúdos e interação entre as várias estruturas do Agrupamento.
 - 7.2. Implementar medidas de combate ao desperdício de materiais e de energia e que assegurem a redução, a reutilização e a reciclagem.
 - 7.3. Definir metas anuais, claras e objetivas, de poupança de energia, água e comunicações, com base em estudos rigorosos de análise geral ou setorial.
8. Garantir a implementação e/ou continuidade de projetos relevantes para o Agrupamento, fundamentando esta continuidade numa avaliação periódica e rigorosa dos resultados obtidos e da sua pertinência para a prossecução dos objetivos do Projeto Educativo e da melhoria da qualidade do processo educativo.
9. Introduzir as necessárias alterações no serviço do bar escolar, visando uma melhor adequação da oferta às Orientações para os Bufetes Escolares do MEC⁵, promovendo, assim, a saúde alimentar e nutricional dos seus utentes (alunos, pessoal docente e não docente), bem como a possibilidade de obtenção de mais receitas que reverterão prioritariamente, de acordo com o referido documento, para auxílios económicos a alunos carenciados.

⁵ Bufetes Escolares – Orientações, Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral da Educação, 2012

10. Prosseguir a valorização do Agrupamento, através da manutenção e requalificação dos espaços escolares (edifícios, jardins e outras estruturas relevantes), prevendo também a possibilidade de estabelecer e captar novos projetos e parcerias que contribuam para o prestígio e valorização deste Agrupamento de escolas.
11. Prever verba para a promoção e divulgação da oferta educativa do Agrupamento.

Considerações finais

As linhas de orientação acima enunciadas são referências a ter em conta na elaboração e execução do orçamento, devendo a Diretora e o Conselho Administrativo, para além de as considerar, ter sempre presente a necessária adequação à realidade deste Agrupamento e a exigência de fazer prevalecer critérios de natureza pedagógica sobre os de natureza administrativa, visando a qualidade do serviço educativo que este deve prestar.

Face ao exposto, o Conselho Geral recomenda ainda que sejam tidas em conta as seguintes orientações:

1. Assegurar o reforço e controlo financeiro recorrendo a mecanismos de controlo interno, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos públicos.
2. Programar um balancete semestral da execução do Orçamento, a apresentar pela Diretora ao Conselho Geral.
3. Elaborar um Plano de Necessidades do Agrupamento abrangendo as várias dimensões do seu funcionamento (instalações, equipamentos, manutenção, materiais didáticos e serviços) e com uma definição clara de prioridades.

Aprovado pelo Conselho Geral em reunião de 5 de fevereiro de 2015

A presidente do Conselho Geral,

Maria Manuela Silveira Silva